

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 5.616, DE 2020

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre regras para rotulagem de alimentos

Autor: Deputado WOLNEY QUEIROZ

Relator: Deputado AUREO RIBEIRO

I - RELATÓRIO

O **Projeto de Lei nº 5.616, de 2020**, do Deputado Wolney Queiroz propõe alteração no Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que “Institui normas básicas sobre alimentos”, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal.

A proposta das modificações é obrigar o fornecimento de informações sobre substâncias que ofereçam risco para portadores de diabetes mellitus, fenilcetonúria, doença celíaca ou intolerância a lactose, determinando que essas informações deverão estar indicadas de forma explícita e inequívoca no rótulo. No Código Penal, foi tipificada a omissão das informações supracitadas como crime com pena de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa do Consumidor; Saúde e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso I e art. 151, inciso III, ambos RICD.



Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta em análise é de importância capital, uma vez que trata da saúde e da vida das pessoas. A informação de alerta sobre as substâncias que podem fazer mal às pessoas que sofrem de diabetes mellitus, fenilcetonúria, doença celíaca ou intolerância à lactose é uma medida simples, de fácil implementação e que pode salvar vidas.

Para ilustrar a relevância da questão, reproduzimos abaixo as informações sobre as doenças referidas no projeto destacadas pelo autor em sua justificativa:

“1. A Diabetes Mellitus se caracteriza por disfunções relacionadas à regulação da produção de insulina no organismo, dificultando a digestão de açúcares, o que inclui variados tipos de carboidratos;

2. A Fenilcetonúria é uma doença em que a pessoa nasce sem a capacidade de produzir adequadamente a enzima que quebra moléculas de um aminoácido chamado fenilalanina. Uma pessoa com Fenilcetonúria nasce com a atividade prejudicada da enzima que processa fenilalanina em tirosina;

3. A doença celíaca é uma doença autoimune que se caracteriza pela intolerância ao glúten - proteína encontrada no trigo, aveia, cevada, centeio e seus derivados;

4. A intolerância à lactose, como o nome sugere, é a incapacidade de digerir o açúcar do leite (lactose), também presente em derivados do leite e alimentos com ele preparados, como bolos, tortas e doces.”

Podemos perceber claramente, pela simples leitura da descrição das doenças, que existe um perigo real que pode ser causado pela ingestão das substâncias utilizadas corriqueiramente em diversos alimentos



ofertados ao consumo, sendo fundamental informar o consumidor sobre a existência dessas substâncias.

Na verdade, o Código de Defesa do Consumidor já determina, nos direitos básicos do consumidor, o direito à informação clara e ostensiva sobre diversos aspectos dos produtos ofertados, inclusive sua composição. Não obstante, acreditamos que o reforço legal da obrigação de informar um assunto específico e vital como o que estamos tratando é um ato positivo para garantir a proteção dos consumidores que são acometidos pelas doenças mencionadas.

Ante o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.616, de 2020.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado AUREO RIBEIRO
Relator

2024-10320

